

Exame de empréstimos aos estados terá novas regras

Encontro de líderes partidários e integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos com o presidente do Senado define mudanças que serão votadas até o fim do ano



Os líderes e o presidente do Senado debatem empréstimos

O Senado vai aprimorar as regras para exame de autorização de empréstimos aos estados e municípios. Líderes partidários e integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos, convocados pelo presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, decidiram votar até o final do ano uma nova resolução para disciplinar os procedimentos em estudo. Além de pareceres técnicos do Banco Central, os senadores poderão convocar técnicos federais e autoridades estaduais para debater o pleito e suas implicações nas finanças estaduais. **Página 3**

Comissões definem emendas ao Orçamento

Página 6

Senadores debatem o fim do 2º turno

Página 8



O plenário da Comissão de Justiça do Senado debate o projeto antes da aprovação

Fundo poderá custear a reforma agrária

A Comissão de Justiça do Senado aprovou ontem a criação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. O texto acolhido é um substitutivo do senador

Lúcio Alcântara a projeto de lei complementar do senador Esperidião Amin. A matéria agora será submetida ao plenário do Senado. **Página 7**

Aprovado direito de resposta

Foi aprovado ontem pelo plenário do Senado projeto de lei estabelecendo normas para o direito de resposta a pessoas que se sintam ofendidas por notícias de jornais e de emissoras de televisão e de rádio. A proposta, de autoria do senador Roberto Requião, agora será encaminhada à Câmara dos Deputados para apreciação. **Página 2**

Versão da pessoa que se sentir ofendida, conforme o projeto, terá o mesmo tamanho da matéria publicada. No caso de TV e rádio, tempo será acrescido de, respectivamente, dois e cinco minutos

Plenário aprova direito de resposta

O plenário aprovou ontem projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR), estabelecendo normas para o direito de resposta a pessoas que se sintam ofendidas por notícias de jornais e de emissoras de televisão e de rádio. "Esse projeto oferece um ágil direito de resposta. Quando uma pessoa não consegue dar resposta rápida a uma ofensa, ela é julgada pela opinião pública", justificou Requião.

A resposta, conforme o projeto, deverá ter o mesmo tamanho da matéria publicada inicialmente pelo jornal. Se for televisão, será oferecido ao ofendido o mesmo tempo da matéria que originou o pedido, acrescido de dois minutos. No rádio, será o mesmo tempo, mais cinco minutos. A proposta ainda terá de ser votada pelos deputados.

A votação foi precedida por um longo debate, iniciado pelo senador Josaphat Marinho (PFL-BA), o qual ponderou que neste momento a Câmara dos Deputados discute uma nova Lei de Imprensa, que já foi aprovada pelo Senado. Para ele, os senadores deveriam aguardar a votação



Requião: espaço igual no jornal e tempo maior no rádio e na tevê

dos deputados porque, caso contrário, a Câmara ficará com dois projetos, ambos do Senado e sobre o mesmo assunto. Josaphat é o autor do projeto da nova Lei de Imprensa em discussão na Câmara.

José Fogaça (PMDB-RS), ex-relator do projeto da Lei de Imprensa, também se manifestou contra a votação da proposta, neste momento. Fogaça acha que seria criada uma situação ambígua, com os deputados se interrogando qual seria o projeto reconhecido pelo Senado. Ele votou contra o projeto, argumentando que jamais concordará, "nem mesmo num estado de guer-

ra", com uma lei onde haja a expressão "fechamento de jornal".

Para Roberto Requião, os dois projetos não são incompatíveis, porque sua proposta trata apenas do direito de resposta. Ele se colocou totalmente contrário a uma Lei de Imprensa no Brasil e frisou que o direito de resposta afasta o risco pecuniário para a empresa que publicar a versão do ofendido.

Requião considera dispensável a Lei de Imprensa porque a pessoa atingida poderá mover ações de reparação moral e material contra o meio de comunicação.

Liberdade de imprensa domina o debate

O relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), disse que o projeto não sufoca financeiramente nenhuma empresa de comunicação social, o que pode acontecer caso a Câmara aprove emendas apresentadas à Lei de Imprensa. Na sua opinião, a imprensa tem de ser livre, mas essa liberdade inclui o direito de resposta e a publicação de opiniões divergentes.

Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Ramez Tebet (PMDB-MS), Humberto Lucena (PMDB-PB), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também defenderam o projeto sobre direito de resposta. Valadares observou que interessa mais ao ofendido a reparação da notícia do que levar à cadeia os seus autores. O senador por Sergipe também acha suficientes as medidas previstas no projeto, entre elas o paga-

mento de 1% do faturamento da empresa se não for publicada ou levada ao ar a resposta determinada por juiz.

A multa será aplicada por dez dias e, se não for publicada a resposta, o juiz poderá determinar o fechamento da empresa. Bernardo Cabral destacou que o juiz terá 30 dias para determinar a punição.

Ronaldo Cunha Lima informou que move neste momento dezenas de ações contra emissoras de rádio do interior da Paraíba. "Só quem tem honra sabe o quanto custa ter seu nome enlameado", disse. José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, também manifestou que, com o direito de resposta, não deve haver lei específica para a imprensa. Apesar disso, ele discordou do possível fechamento de jornais.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

11h30 - Recebe o ator Guilherme Fontes
15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagear o Dia Mundial da Alimentação

Oradores: Osmar Dias, Marina Silva, Romero Jucá e Benedita da Silva

Pauta: "PLS nº 319/95, dispõe sobre o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; "Requerimento nº 700/97, do senador Lúcio Alcântara, solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 16 e 125, de 1996, e 97, de 1997, por versarem sobre matéria financeira, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; "Requerimento nº 782/97, do senador Eduardo Suplicy, solicita, nos termos regimentais, que, sobre o PLS nº 81/95, de sua autoria (dispõe sobre as sociedades cooperativas), além da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais; "Requerimento nº 788/97, da senadora Emília Fernandes, solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do PLS nº 44/96 com o PLS nº 112/97; "PLC nº 54/96, regulamenta o exercício da profissão de Classificador de Produtos Vegetais; e segundo dia de discussão da "PEC nº 20/97, altera o caput do

art. 28 e o inciso II do art. 29 da Constituição federal

COMISSÕES

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 54/97, dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; "PLS nº 263/95, dispõe sobre a educação à distância; "PLS nº 16/97, dispõe sobre a adoção de bibliografia para os concursos vestibulares nas instituições públicas de ensino superior; "PLS nº 230/96, inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio; e "PLS nº 126/97, dispõe sobre o ensino superior em estabelecimentos públicos.
Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação das cinco emendas da CAE ao Projeto de Lei Orçamentária de 1998; "PLC nº 89/96, autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem programa de garantia de renda mínima associado a ações sócio-educativas; "PLS nº 236/95, cria renda mínima na educação; "PLS nº 84/96, cria o Programa de Bolsas de Estudo e altera a Lei nº 9.131, que fixa as diretrizes e bases da educacional nacional; "PLS nº 201/96, cria a Bolsa-Cidadão; e início da discussão do PRS nº 49/96, que altera a Resolução nº 69/95. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: "PLC nº 50/97, institui o serviço de radiodifusão comunitária. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo

www.senado.gov.br

Enquanto se elaboram novos critérios para a melhor análise da capacidade de endividamento dos estados e municípios, ACM reúne líderes e membros da CAE para tomar decisões imediatas quanto à questão

Rigor na autorização de empréstimos

Convocados pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, líderes partidários e integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos decidiram ontem promover o aprimoramento das regras para avaliação dos pedidos de autorização para empréstimos de interesse dos estados e municípios. Nova resolução para disciplinar esses procedimentos em definitivo, em substituição à de nº 69, deverá ser votada pela Casa até o final do ano.

De acordo com o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, "houve consenso, na reunião, a respeito de alguns procedimentos que permitirão aprimorar o trabalho de análise dos pedidos de empréstimos", enquanto o Senado não adota nova resolução sobre o assunto.

No encontro, ficou decidido que, a partir de agora, além dos pareceres técnicos do Banco Central, os senadores poderão determinar a convocação de técnicos federais e autoridades estaduais para debater o pleito e



Na reunião de ACM com líderes e membros da CAE foram tomadas as primeiras decisões de consenso

suas implicações na saúde financeira dos estados, com o objetivo de permitir um melhor juízo sobre a matéria, antes de sua apreciação, principalmente quando houver parecer contrário da área técnica do BC.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, informou sobre outra decisão: os pedidos de autorização para empréstimo não mais serão relatados por

parlamentar do mesmo estado.

Hoje, a CAE deverá iniciar o debate em torno da minuta elaborada pelo senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) consolidando propostas de mudanças da Resolução nº 69, com que o Senado conduz a análise e a apreciação dos pedidos de empréstimos e rolagem de dívidas dos estados.

Também participaram da reunião com o presidente

Antonio Carlos Magalhães os senadores Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo no Senado; Sérgio Machado (CE), líder do PSDB; Hugo Napoleão (PI), líder do PFL; José Serra (PSDB-SP), presidente da CAE; Nabor Júnior (PMDB-AC); Gilberto Miranda (PFL-AM); Valmir Campelo (PTB-DF); Epitácio Cafeteira (PPB-MA); e Vilson Kleinübing.

Requião prega levante do PMDB

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou, em plenário, a atitude de alguns peemedebistas que confirmaram presença, na noite de ontem, a encontro na casa do deputado distrital Luiz Estevão, com a finalidade de consolidar apoio à candidatura de Fernando Henrique Cardoso à reeleição.

Ele disse que os verdadeiros peemedebistas estão "renascendo" e não participam de "conchavos" como o que teria ocorrido ontem à noite. "Mais uma vez se oferece ao nosso partido a oportunidade da reestruturação, da restauração da dignidade e do renascimento", frisou, mandando "ao lixo o desânimo dos que pretendem abandonar a candidatura" de um nome da própria agremiação. Roberto Requião comparou os poucos e "autênticos" correligionários que

permanecem fiéis às bases do partido, e que pretendem lançar candidato próprio à Presidência da República, aos soldados ingleses na "Batalha de Agincourt", ocorrida na Idade Média. Para

evitar a invasão de seu país, cerca de 400 soldados ingleses, liderados por Henrique V, liquidaram cerca de 15 mil franceses, lembrou ele.

- No momento não é hora para os tibios. Os mornos, os mais ou menos. É hora de rebelião. É a hora, mais que a hora, para o levante peemedebista - finalizou.

Comércio deverá exibir telefone do Procon

Sai o telefone da Sunab - que foi extinta - entra o telefone do Procon. Os senadores aprovaram ontem projeto de lei que obriga todo estabelecimento comercial a afixar, em lugar visível e de fácil leitura, o número do telefone e o endereço do órgão local de defesa do consumidor (Procon). Caso não haja Procon na cidade, o comerciante deve informar o telefone da entidade estadual de defesa do consumidor.

O projeto foi apresentado na Câmara e, na Comissão de Assuntos Sociais do



Substitutivo é de Quintanilha

Senado, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) apresentou uma proposta substitutiva, introduzindo a exigência no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, ao

invés de prevê-la em lei separada. Para Quintanilha, "trata-se de uma decisão prática e absolutamente in-

questionável", depois da extinção da Sunab. A proposta retornará à Câmara, por causa das mudanças.

Concessões para rádios

O plenário aprovou ontem dois projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de uma nova rádio e renovando o prazo de instalação de outra.

A Carícia Radiodifusão, de Correntina, Bahia, teve outorgada permissão de

funcionamento, para explorar serviço de rádio FM. Já a Rádio Liberdade de Caruaru, Pernambuco, teve renovada sua permissão de funcionamento, também em FM. Foram relatores os senadores Waldeck Ornelas (PFL-BA) e Joel de Hollanda (PFL-PE).

HOMENAGEM AO PROFESSOR

Emília quer articular educação com desenvolvimento

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS), autora do requerimento de homenagem ao Dia do Professor, afirmou ontem que o processo de mudança da educação no país carece de premissas fundamentais, como uma articulação entre a educação e um projeto de desenvolvimento centrado nos interesses nacionais. Ela destacou a importância dos professores como agentes transformadores da realidade, críticos do pensamento e provocadores de opinião, conceitos e ideologias.

A educação é que o mundo e o país precisam, segundo a senadora, deve estar voltada para a não-violência e para a aproximação dos povos, além do aprofundamento da democracia. Ela ressaltou que os governadores dos estados devem tornar a educação prioridade para situar o Brasil entre os países desenvolvidos.

Para Emília Fernandes, é



Emília: homenagem com cobrança impossível desvincular o debate sobre educação do projeto econômico, tecnológico e competitivo que tem resultado em desemprego crescente no país, no abandono da produção primária e na desvalorização da ciência e da tecnologia.

A seu ver, além de garantir a todos o acesso à educação, o país precisa assegurar mercado de trabalho para os jovens. Diante disso, conforme acentuou, é fundamental que a melhoria

da qualidade do ensino contemple a valorização dos professores, que se traduz em salários dignos e condições de trabalho adequadas.

A educação que queremos para o país é aquela que retire a legião de analfabetos, que beira os 32 milhões, dessa injusta situação e dê a esses brasileiros uma das condições básicas da cidadania, que é o domínio da língua materna. Deve também promover a eliminação do trabalho infantil e ter compromisso com a promoção da igualdade, única forma de assegurar acesso ao ensino, respeitando direitos e peculiaridades em todas as áreas do conhecimento - defendeu.

Em apertes, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) e os senadores Humberto Lucena (PMDB-PB), Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) associaram-se às homenagens ao Dia do Professor.



Suassuna: dignidade profissional a 20 horas de aulas semanais.

ganização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o crescimento econômico e a geração de empregos ocorrem justamente nos setores mais exigentes em matéria de educação.

Apesar de qualificar como "dramático e alarmante" o quadro educacional brasileiro, Ney Suassuna reconheceu a importância dos diversos programas que o governo tem implementado para a melhoria da qualidade do ensino. O senador destacou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, cuja meta é garantir aos professores, a partir do próximo ano, salário mínimo de R\$ 300, referente

Em aparte, o senador Lecomar Quintanilha (PPB-TO) associou-se às manifestações de solidariedade aos professores, que, a seu ver, são o principal instrumento de transformação com que a sociedade pode contar. Na sua opinião, "muito mais por devoção do que por compensação, essa categoria está ainda nas salas de aula procurando levar conhecimento àqueles que não o têm".

Hollanda aplaude o desempenho do MEC



Hollanda: estímulo e valorização

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) apoiou as medidas que vêm sendo adotadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, no Ministério da Educação e do Desporto, para reduzir as distorções. Para o senador, as ações governamentais propiciam melhor remuneração para os educadores, valorizam o magistério e estimulam a dedicação.

As medidas até hoje adotadas se voltam sobretudo para a concessão de novos incentivos e motivações para o exercício da função docente; para a melhoria das condições de trabalho do professor; para assegurar sua par-

ticipação nas decisões educacionais; para infundir-lhe mais confiança em si mesmo e no seu trabalho; para reconhecer-lhe a respeitabilidade inerente à profissão que exerce e garantir-lhe o que de direito se há de garantir a quem se exalta pelo trabalho; a consideração como pessoa humana - garantiu.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) denunciou a diminuição dos salários dos professores ao longo dos anos e recomendou mais espírito crítico em sala de aula.

Alcântara vê universidade pública em situação crítica



Alcântara: defasagem salarial

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) alertou que as universidades públicas "vivem dias de intensa aflição", decorrente do congelamento de salários imposto pelas áreas econômicas e administrativas, com conseqüências danosas para o ensino, a pesquisa e a extensão.

O ensino superior não pode permanecer à deriva, principalmente numa época em que o domínio do conhecimento específico e tecnológico é um dos grandes parâmetros a diferenciar as nações periféricas e as centrais, e a permitir a dominação de umas pelas outras - disse.

Lúcio Alcântara informou que um professor assistente-cargado para o qual se exige a titulação de mestrado, com

carga horária de 40 horas semanais -, que ganhava 11,3 salários mínimos em janeiro de 1995, recebeu em junho deste ano 6,95 salários mínimos.

Por causa disso, em menos de três anos, um em cada quatro professores universitários migrou para o ensino privado. E o mais perverso é que as universidades públicas perdem exatamente seus docentes mais titulados, mais qualificados, para cuja formação o poder público investiu recursos ao longo de anos - afirmou.

Ney Suassuna destaca a valorização profissional

Ao falar durante a homenagem, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) cobrou do governo e da sociedade o resgate do valor do professor, que, a seu ver, cumpre o papel de facilitador não apenas no processo de aquisição do conhecimento, mas também no de construção da identidade social.

Sem melhorar significativamente nosso quadro educacional, será muito difícil - senão impossível - o Brasil atingir seu objetivo de incorporar-se aos países da "primeira divisão" da economia mundial - afirmou o senador, argumentando que, conforme pesquisa realizada pela Or-

HOMENAGEM AO PROFESSOR

Rocha aponta pretensão de progredir sem educar

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) lembrou, na homenagem de ontem, que o Brasil investe apenas US\$ 90 per capita em educação, contrastando com Cingapura, que aplica no setor US\$ 300; com Hong Kong, que gasta US\$ 166; e com a Tailândia, que destina US\$ 190 ao ensino.

Isso, conforme ressaltou, indica que "o Brasil alimenta a pretensão de ingressar no mundo dos desenvolvidos, sem estar devidamente preparado em termos educacionais". Para Sebastião Rocha, a comemoração do Dia do Professor deve estimular a ação do Congresso em favor desses profissionais, que,

a seu ver, não podem ter seus direitos esquecidos ou postergados por mais tempo.

Rocha considera que nunca será excessivo o debate que leve à valorização do professor, "cuja dignidade exige a concretização de ideais e a contraprestação remuneratória compatíveis com a importância do seu esforço para o desenvolvimento nacional".

O senador argumentou ainda que a "remuneração indigna do professor" provoca, por um lado, a fuga de novas vocações para o magistério e, por outro, faz crescer o movimento da categoria em torno de uma luta permanente por condições ao menos razoáveis de tra-



Rocha: engajamento do Congresso

balho.

Sebastião Rocha disse, também, que o Amapá está de luto pelo falecimento de uma professora daquele estado, ocorrido durante um assalto ao Banco do Brasil, e lamentou, por outro lado, a substituição, pelo Ministério da Educação, do professor Antônio Gomes de Oliveira na reitoria da Universidade Federal do Amapá.



Ademir: prejuízo à educação

ção dos Municípios) e FPE (Fundo de Participação dos Estados), mas sua finalidade está sendo esvaziada devido à perda destes recursos por causa da Lei Kandir.

A lei, segundo ele, reduziu consideravelmente esse dinheiro, para tornar competitivo o mercado de produtos semi-elaborados, diminuindo seus preços, o que prejudica principalmente a educação pública.

- Não se pode negar o mérito democrático da implantação do fundo, uma vez que esse dispositivo visa assegurar a isonomia de investimentos na educação fundamental, tendo como parâmetro o indicativo em torno de custos de R\$ 300 por aluno/ano. Isto, porém, nos impõe uma série de reflexões - explicou ainda, lembrando que, se o fundo se destina exclusivamente ao ensino fundamental e beneficia estados e municípios que investem recursos financeiros aquém do necessário para se

alcançar um ensino de qualidade, ele acaba em sentido contrário.

Isto se dá, de acordo com o senador, porque existe legalmente a obrigação de uma divisão de recursos de municípios que arrecadam mais com os mais carentes, o que pode parecer justo a seu ver, "mas tem uma carga de negatividade".

- Estima-se que, em função disso, só no Pará cerca de R\$ 15 milhões serão remanejados dos municípios que hoje dispõem de mais recursos para os mais pobres, o que inviabiliza as administrações locais de alguma forma - acrescentou.

Má-fé em impugnação apenará denunciante

Aprovado terminativamente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), será encaminhado à Câmara dos Deputados o substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao projeto de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que criminaliza a ação de pedido de impugnação de mandato eletivo.

O prazo para impugnação perante a Justiça Eleitoral é de 15 dias, contados da diplomação, e a ação pode ser instituída com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude. A ação tramita em segredo de Justiça e seu autor pode ser responsabilizado, segundo a proposição que será examinada pela Câmara, se for considerada temerária ou de má-fé. Define o substitutivo como temerária a ação de impugnação cuja petição inicial não inclua provas ou indícios idôneos, sem fundamento ou de sentido audacioso.



Ronaldo: penas de 3 meses a 8 anos

É considerada de manifesta má-fé a ação cujo autor agir com contumácia; alterar a verdade dos fatos; provocar incidentes manifestamente infundados. Nesse conceito inclui-se também a ação de impugnação com motivação difamatória ou caluniosa. A responsabilidade por difamação pode ser punida com pena de detenção de três meses a um ano; a motivação caluniosa implica pena de reclusão de dois a oito anos e multa.

A responsabilidade criminal pode ser argüida pela Justiça, pelo réu ou respectivo partido político, ou ainda pelo Ministério Público.

Benedita cobra ratificação dos direitos da criança

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) cobrou do governo a ratificação de duas convenções sobre direitos da criança. Uma, a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece idade mínima para ingresso no mercado de trabalho; e outra, conhecida como Convenção de Haia, disposta sobre proteção das crianças e cooperação em matéria de adoção internacional.

- Estarei atenta para cobrar cada item que deixar de ser cumprido pelo governo - declarou, enfatizando que a mesma exigência vem sendo feita pela Marcha Global Contra o Trabalho Infantil, que objetiva sensibilizar e mobilizar a sociedade para proteger as crianças da exploração econômica e da realização de qualquer trabalho danoso ao seu desenvolvimento.

Benedita lembrou a chegada oficial desse movimento ao Brasil, marcado com evento reali-



Benedita: cobrando do governo zado em Brasília no último dia 9, com uma mobilização promovida pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, GDF e Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Ela explicou que o encontro culminou com uma "marchinha" dos meninos e meninas trabalhadores rurais de todo o país em direção ao Congresso Nacional e ao Palácio do Planalto, onde transmitiram suas reivindicações ao presidente da República.

Ademir lamenta perda imposta pela Lei Kandir

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), por seu turno, lamentou que o Fundo de Valorização do Magistério venha enfrentando problemas devido à Lei Kandir, que, segundo ele, está penalizando a educação pública no país.

Segundo ele, essa lei permite a desoneração de recursos oriundos de tributos sobre produtos semi-elaborados, reduzindo o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que é uma das principais fontes de abastecimento do Fundo de Valorização do Magistério, onde concorre com 15% desta verba.

Ele explicou que o fundo foi instituído em 1996 com o objetivo de garantir melhores condições de ensino às escolas públicas e salários aos professores de nível médio, com recursos do ICMS, IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), FPM (Fundo de Participa-

ORÇAMENTO

CAS aprova R\$ 75 milhões para Rede Sarah

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou ontem, por unanimidade, as cinco emendas que encaminhará ao projeto de lei orçamentária para o próximo ano. Uma das emendas, com dotação no valor de R\$ 75 milhões, visa recompor o orçamento de manutenção do contrato de gestão com o Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais - Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor.

A emenda deverá cobrir despesas com pessoal e com a manutenção geral daquela rede de hospitais, em operação no Distrito Federal e nos estados de Minas Gerais, Bahia e Maranhão. Os recursos destinam-se ainda à



Na reunião de ontem, a CAS decidiu encaminhar cinco emendas ao projeto de lei orçamentária para 98

conclusão das obras e início do funcionamento do Sarah Fortaleza e à implantação do Sarah Lago Norte.

As outras quatro emendas que a CAS apresentará à proposta orçamentária da União têm os seguintes valores e destinações:

Microbacias hidrográficas -

de autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), no valor de R\$ 16 milhões, para a conservação e preservação de bacias hidrográficas, cabeceiras e matas ciliares, além de incentivar a prática sustentável de uso do solo.

Comunidades indígenas - de autoria do senador Romero

Jucá (PFL-RR), no valor de R\$ 7 milhões, para apoiar projetos de fomento às atividades produtivas, visando oferecer condições de subsistência às comunidades indígenas em todo o Brasil, com o uso da terra para fins agropecuários.

Turismo - de autoria do se-

nador Ademir Andrade, no valor de R\$ 20 milhões, para o desenvolvimento da infraestrutura de turismo em capitais com orla fluvial.

Emprego e renda - de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) e do senador Ademir Andrade, no valor de R\$ 20 milhões, para o desenvolvimento de programa executado pelos municípios brasileiros visando à geração de emprego e renda, e não incluído na proposta do Executivo para 1998.

A CAS realiza reunião extraordinária na próxima terça-feira (dia 21), às 17h, para ouvir autoridades sobre as condições de trabalho de profissionais que realizam atividades contínuas em terminais de vídeo.

CCJ encaminha três emendas. Prazo se encerra amanhã

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem três das cinco emendas que cada comissão permanente tem direito de apresentar ao projeto de Orçamento da União para 1998.

O prazo para apresentação das emendas encerra-se amanhã. Cabral disse que até essa data a CCJ apresentará as duas emendas que falta definir. Ele explicou que as emendas da comissão serão orientadas para a realidade nacional.

As emendas aprovadas são as seguintes:

De autoria dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS),

José Fogaça (PMDB-RS) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), destinando R\$ 2 milhões ao Superior Tribunal de Justiça para a manutenção dos serviços de administração geral daquela corte.

Do senador Romero Jucá (PFL-RR), concedendo R\$ 10 milhões à Polícia Rodoviária Federal para o atendimento de compromissos com o Serpro, com vistas ao processamento do sistema de multas da instituição.

E outra, também de Jucá, determinando a concessão de R\$ 8 milhões para a construção de seis navios necessários ao atendimento das populações ribeirinhas da Amazônia.

Comissão acolhe nova estrutura de consultoria

A CCJ aprovou parecer favorável a projeto de Coutinho Jorge (PSDB-PA) que altera a denominação e a estrutura da Consultoria de Orçamentos do Senado. A proposição visa atender ao aumento das demandas em razão do crescimento da "votação fiscalizadora" do Congresso e, em particular, do Senado. O relator foi José Eduardo Dutra (PT-SE).

A nova Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle exercerá muitas das funções hoje sob a jurisdição da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado. Propõe a transformação de dez cargos de analista legislativo para o de consultor de orçamentos, a serem preenchidos mediante concurso público.

José Eduardo Dutra deu parecer favorável ao projeto



Em seu parecer, Dutra argumentou que "o projeto não afronta a juridicidade e merece parecer favorável em seu

aspecto técnico". A proposição será levada à Comissão Diretora e, depois, à deliberação do plenário.

ACM quer cumprir prazo

O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem ao plenário que quer ver o Orçamento da União para o próximo exercício votado ainda este ano, evitando que o assunto fique para 98. "Votar o Orçamento é a obrigação primordial do Congresso Nacional", observou.

Antonio Carlos Magalhães fez a afirmação ao informar que, apesar de ter-se encerrado no último dia 1º o prazo para a Comissão Mista de Orçamento votar seu parecer preliminar, isso não significa que as emendas orçamentárias só possam ser apresentadas após essa votação.



O senador Bernardo Cabral (C) presidiu a reunião de ontem da Comissão de Constituição e Justiça

O propósito é facilitar a aquisição de terras e a implantação da infra-estrutura. Decisão da CCJ irá agora a plenário

Fundo pode financiar a reforma agrária

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto de lei complementar do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que cria o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Esse fundo tem o propósito de facilitar a aquisição de terras e a implantação da necessária infra-estrutura para que os beneficiários possam constituir uma unidade agrícola familiar. O relator considerou, em seu voto, que o projeto traz benefícios ao povo brasileiro. A matéria será agora submetida ao plenário.

De acordo com o substitui-



Amin é o autor do projeto

tivo, o Fundo de Terras e da Reforma Agrária terá a finalidade de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural. Os beneficiários do fundo são os posseiros, arrendatários, parceiros, trabalhadores rurais mi-

nifundiários, trabalhadores rurais não-proprietários e qualquer trabalhador que comprove, no mínimo, cinco anos de experiência agrícola.

O fundo será constituído de dotações consignadas no Orçamento da União e em créditos adicionais; de dotações consignadas nos orçamentos gerais dos estados, Distrito Federal e municípios; de recursos oriundos da amortização de financiamentos; de doações realizadas por entidades nacionais ou internacionais; e, entre outros, de recursos decorrentes de acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual ou municipal.

Senado vai editar obras de caráter histórico-cultural

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo da senadora Regina Assumpção (PTB-MG) a projeto de resolução do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que cria a série "Documentos Histórico-Culturais", a ser editada sob a coordenação da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado. A proposição vai agora à Comissão Diretora,

para depois ser submetida ao plenário.

De acordo com o substitutivo, a série será composta de monografias que contemplem estudos reconhecidamente relevantes para a compreensão da vida histórico-cultural dos estados brasileiros. As propostas de publicação de trabalhos na série serão encaminhadas por qualquer senador à deliberação da Mesa Diretora.

O texto aprovado estabelece que a execução da proposta fica limitada a uma por senador, a cada sessão legislativa, a débito de sua cota anual de publicações. Cada tiragem não poderá exceder 2 mil exemplares com 300 páginas impressas. A autoria dos trabalhos será registrada conforme a legislação em vigor, não cabendo, por parte do Senado, conceder qualquer forma de remuneração a seus autores.

Pensão para vítima de acidente em avião da FAB

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sob a presidência do senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou parecer do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) favorável a projeto de lei da Câmara dos Deputados concedendo pensão especial a Gelson José Braz, que se tornou inválido em razão de acidente ocorrido com avião da Força Aérea Brasileira na fazenda Caetano, no município de Luziânia (GO).

Ao relatar o projeto, Leomar Quintanilha argumentou ter ficado patente a responsabilidade da União na invalidez de Gelson e pediu a rápida tramitação do projeto, conforme disse, demo-

rou mais de dez anos até chegar ao Senado.

Pelo projeto, Gelson José Braz receberá R\$ 140,00 mensais, "referente ao mês de setembro de 1994, corrigidos nas mesmas condições das pensões especiais do Tesouro Nacional". A proposição segue agora para a deliberação do plenário.

Foi arquivado pela CAS projeto de autoria do então senador Mansueto de Lavour que pretendia conceder ao idoso e ao deficiente físico ou mental o benefício de um salário mínimo mensal. A proposição foi considerada prejudicada pelo relator, senador José Alves (PFL-SE).

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre uma maior autonomia dos municípios com relação aos seus problemas mais imediatos como saúde, segurança e assistência social (reapresentação)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia"
- 8h - Debate entre o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Zoé Silveira D'Ávila, presidente da União Brasileira de Avicultura, sobre o Décimo Quinto Congresso Brasileiro de Avicultura, que acontecerá em Brasília nos dias 21, 22 e 23 de outubro (inédito)
- 9h30 - Entrevista com o senador Joel de Hollanda sobre uma maior autonomia dos municípios com relação aos seus problemas mais imediatos como saúde, segurança e assistência social (reapresentação)
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
- 13h30 - "Fala Cidadão" - que responde as perguntas dos usuários do serviço 0800 (reapresentação)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Em seguida - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (pré-gravada pela manhã)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h35 - "Senado em Pauta"
- 20h40 - Sessão plenária (reapresentação)
- 00h30 - "Jornal da Amazônia"
- 01h - Debate entre o senador Casildo Maldaner e Zoé Silveira D'Ávila, presidente da União Brasileira de Avicultura, sobre o Décimo Quinto Congresso Brasileiro de Avicultura, que acontecerá em Brasília nos dias 21, 22 e 23 de outubro (reapresentação)
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Segundo turno é avanço, diz Arruda

O líder do PSDB no Congresso, senador José Roberto Arruda (DF), apontou ontem dois "casuísmos" na proposta de emenda constitucional acabando com os dois turnos para eleições de governador e prefeito: o primeiro é o fato de a proposta modificar artigo da emenda da reeleição, aprovada recentemente pelo Congresso Nacional; e o segundo é a proposição não respeitar o prazo de um ano antes das eleições, previsto na Constituição, para mudanças na legislação eleitoral.

O senador considerou "inconcebível e inaceitável que os casuísmos se somem à aprovação da emenda da reeleição" e classificou o segundo turno como aprimoramento político da Constituição de 1988, "pois nenhum governo, seja federal, estadual ou municipal, é eleito sem a vontade de mais da metade do eleitorado, o que garante a



Arruda: aprimoramento eleitoral

governabilidade".

- Sem o segundo turno, um candidato a governador de São Paulo, por exemplo, poderia ser eleito com apenas 15% dos votos - frisou José Roberto Arruda, ao lembrar que apresentou voto em separado à matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Dutra vê casuismo e condena a mudança

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que a proposta de extinção do segundo turno será "irremediavelmente carimbada com a pecha de casuística", declarando, assim, seu voto contrário à matéria.

- Não dá para discutir legislação política e eleitoral olhando para o interesse de partidos e candidatos. Já foi votada no Congresso Nacional a emenda da reeleição, que era, claramente, uma proposta "fulanizada". Agora, estamos discutindo uma outra emenda, que beneficia vários fulanos - afirmou.

Dutra salientou que, se fosse votar levando em conta o interesse partidário, seria favorável à proposta. Segundo ele, o PT seria beneficiado com o fim do segundo turno nas eleições

estaduais e municipais, pois já houve casos em que candidatos petistas ganharam no primeiro turno, mas foram derrotados no segundo, "graças a uma santa aliança contra o partido".

- Voto contra porque acredito que o segundo turno é um avanço da Constituição de 1988. Esse instrumento, aliado a outros que devem ser inseridos na legislação político-eleitoral, fortalece a democracia - afirmou José Eduardo Dutra.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a manutenção do segundo turno, considerando impossível deixar de reconhecer que a sua realização "é um aperfeiçoamento da democracia".

Senador considera artificial e frustrante a realização de outro turno para confirmar o que já foi definido nas urnas

Campos acha que basta uma vez para ouvir a voz do povo

O senador Júlio Campos (PFL-MT) disse ontem, primeiro dia de discussão da proposta de emenda constitucional de sua autoria acabando com o segundo turno para eleições de governadores e prefeitos, que esse instituto "é artificial e frustra a vontade da maioria".

- A vontade expressiva do povo é manifestada no primeiro turno, diante de sua inquestionável legitimidade política. A experiência demonstra que o segundo turno deve ser abolido do nosso sistema eleitoral, pois são vazios os argumentos em defesa da sua manutenção. Na verdade, ele só tem contribuído para o enfraquecimento dos partidos políticos - sustentou.

Na opinião de Júlio Campos, a maior falha do segundo turno é a formação de acordos políticos que, quando não "eticamente condenáveis", ten-



Júlio Campos: comissão do Senado optou pela extinção

dem a vigorar somente no decorrer da campanha. "E quando esses acordos permanecem, resultam apenas em loteamento de cargos públicos, o que prejudica a unidade administrativa", acrescentou.

O senador considerou que a disputa em segundo turno favorece o enfraquecimento partidário, pois, a seu ver, estimula o surgimento de candidaturas inviáveis, lançadas por agremia-

ções inexpressivas, que objetivam somente a "negociata eleitoral, em detrimento do interesse público".

Júlio Campos lembrou que a Comissão Especial da Reforma Político-Partidária do Senado recomendou a extinção do segundo turno nas eleições dos titulares do Poder Executivo, mantendo-o apenas nas eleições presidenciais, já para as eleições de 1998.

Serra: eleição para valer é a que tem só dois candidatos

Também contrário ao fim do segundo turno para eleições estaduais e municipais, o senador José Serra (PSDB-SP) afirmou que a eleição que mais respeita a vontade do eleitor é aquela com apenas dois candidatos.

Em sua opinião, os defensores do fim do segundo turno têm invocado argumentos que transformam esse mecanismo em "bode expiatório" dos problemas da legislação político-eleitoral brasileira, tal como a proliferação de "partidos de aluguel".

- Esse tipo de partido existe hoje como existia antes da Constituição de 1988 e, além disso, não há restrições na atual legislação para que eles atuem já no primeiro turno;

portanto, é falso afirmar que o segundo turno estimula a formação de partidos de aluguel - disse.

José Serra também questionou a justificativa de que a eleição em dois turnos facilita a corrupção eleitoral, por causa das alianças partidárias na segunda votação. "Mesmo sem o segundo turno, a corrupção nas eleições continuará existindo se não mudarmos a legislação político-eleitoral", afirmou.

Serra disse não entender por que a proposta de emenda constitucional acaba com o segundo turno para eleições de governadores e prefeitos e mantém-no para a escolha do presidente da República.

"Não há por que ter essa



Serra: argumentos são fracos

diferenciação, que poderá ser interpretada como casuismo", questionou José Serra.